

## Quando éramos “irreconhecivelmente inteligentes”: o nacionalismo dos primeiros anos 60 no Brasil\*

*Charles Sidarta Machado Domingos\*\**

---

**Resumo.** Este artigo aborda o início dos anos 60 no Brasil como um tempo de intenso protagonismo social. Para tanto, selecionamos algumas instituições daquele período – ISEB, UNE, CPC, UNB, Itamaraty, partidos políticos – na tentativa de demonstrar um ponto em comum nas lutas sociais do período: o nacionalismo.

**Palavras-chave:** História do Brasil; Anos 60; Reformas de Base; Nacionalismo.

### When we were “unrecognizably intelligent”: Nationalism in the early 1960 in Brazil

**Abstract.** Current paper focuses on Brazil in the early 1960s as a period with intense social protagonism. Several institutions of the period, such as ISEB, UNE, CPC, UnB, Itamaraty, political parties, revealed Nationalism as the existence of a common denominator behind the social struggle of the period.

**Keywords:** History of Brazil; The 1960s; Basic reforms; Nationalism.

### De cuando éramos “irreconociblemente inteligentes”: el nacionalismo de los primeros años 60 en Brasil

**Resumen.** Este artículo aborda los primeros años de la década de 1960, en Brasil, como un tiempo de intenso protagonismo social. Para ello, seleccionamos algunas instituciones de dicho período (ISEB, UNE, CPC, UNB, Itamaraty, partidos políticos), con la intención de demostrar un punto en común en las luchas sociales del período: el nacionalismo.

**Palabras Clave:** Historia de Brasil; Década de 1960; Reformas de Base; Nacionalismo.

---

\* Artigo recebido em 12/10/2013. Aprovado em 23/03/2014.

\*\* Doutorando em História na UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil. Professor do IFSUL, Pelotas/RS, Brasil. E-mail: csmd@terra.com.br

## Introdução

Não houve na história brasileira anos  
tão gloriosos quanto os de 1961 a 1964.  
Em todos os setores da vida brasileira  
houve uma redescoberta” (TAVARES, 1999, p. 99).

Os primeiros anos da década de 1960, no Brasil, foram tempos de grande protagonismo social. O país estava em ebulição tanto na sua vida cultural como política. Como afirma Flávio Tavares, a sociedade brasileira estava se redescobrando; tendo como elemento comum o nacionalismo, não parecia haver limites para a ousadia, fosse na vida intelectual, nos processos educativos e culturais, nos partidos políticos progressistas ou na política externa.

O país, de democracia recente – instaurada em 1946 –, vinha num crescente. Procurava superar os limites impostos pelos primeiros governos desse “tempo da experiência democrática” (FERREIRA; DELGADO, 2003, V.3). A sociedade lutava por novas conquistas em todas as áreas da vida social. A cada período de governo que passava – Dutra, Vargas, Kubitschek – novos desafios deveriam ser superados. Considerando a sociedade brasileira em voga talvez não fosse exagero afirmar que uma revolução estava em curso.

O início dos anos 60 se configurou, assim, em um momento de radicalismo da emergente nova democracia brasileira, um período ao qual Heloísa Buarque de Hollanda e Marcos Gonçalves – sintetizando a primeira parte de um famoso artigo de Roberto Schwarz (SCHWARZ, 1978, p. 61-92) – assim se reportam:

Houve um tempo, diz-nos Roberto Schwarz, em que o país estava **irreconhecivelmente inteligente**. “Política externa independente”, “reformas estruturais”, “libertação nacional”, “combate ao imperialismo e ao latifúndio”: um novo vocabulário – inegavelmente avançado para uma sociedade marcada pelo autoritarismo e pelo fantasma da imaturidade de seu povo – ganhava a cena, expressando um momento de intensa movimentação na vida brasileira (HOLLANDA; GONÇALVES, 1995, p. 8 – Grifos meus).

É desse período que vamos tratar neste artigo ao examinarmos o Brasil dos anos 1960-1964.

### **A inteligência dos intelectuais: o ISEB**

Em seu livro clássico, Caio Navarro de Toledo separa o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em três fases: 1) da criação até a “encampação” juscelinista (um curto período, de aproximadamente 6 meses); 2) o quinquênio juscelinista (período no qual o autor aprofunda seu trabalho e denomina de nacional-desenvolvimentista); 3) o período que acompanha as reformas de base (TOLEDO, 1997, p. 205-209).

De acordo com Caio Toledo, o fim do nacional-desenvolvimentismo está relacionado com a percepção de que o desenvolvimento veio apenas para poucos e não para toda a nação como imaginavam os membros do ISEB.<sup>1</sup> Ao sobressair o desenvolvimento em relação ao nacional, alguns integrantes do ISEB perceberam que tudo não passara de ilusão. Já Vânia Maria Losada Moreira, em argumentação próxima à de Caio Toledo, verifica ter havido, no último ano do governo Juscelino Kubitschek, um importante ponto de inflexão no movimento nacionalista: a eleição de 1960 e o rompimento entre as duas vertentes do ISEB, a saber a *desenvolvimentista* (os mais ligados ao projeto de JK) e a *nacionalista-econômica* (que fez a crítica aos limites do nacional-desenvolvimentismo). Para a autora, assim como para Toledo em certa medida, a razão foi a reavaliação do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional, principalmente por alguns intelectuais vinculados ao ISEB. A partir dessas conclusões, os membros que fizeram a crítica começam a articular um novo discurso:

---

<sup>1</sup> De acordo com Caio Toledo, os membros fundadores do ISEB são: Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida e Hélio Jaguaribe. Em 1958 Hélio Jaguaribe deixa o Instituto (TOLEDO, 1997, p. 204).

propuseram inúmeras políticas disciplinares aos investimentos diretos de capital: o controle sobre a remessa de lucros, *royalties* e dividendos para minimizar o impacto da drenagem de recursos para fora do país; a exclusividade de investimentos estatais em setores estratégicos da economia, como o setor de energia; e a política externa independente, isto é, desvinculada dos interesses tanto do bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, quanto do socialista, capitaneado pela então União Soviética, para garantir uma industrialização centrada antes nos interesses internos do que na bipolarização internacional da Guerra Fria (MOREIRA, 2003, p. 172-173).

Mesmo com a crítica realizada por alguns membros do ISEB ao nacional-desenvolvimentismo, pela sua associação ao imperialismo e ao desenvolvimento associado com o capital estrangeiro, é nesse período que a crítica ao imperialismo se reforça, contribuindo para uma mudança no nacionalismo no Brasil, levando-o mais para a esquerda no espectro político. Se o nacionalismo, por pressuposto, oculta as contradições de classe – e essa era uma análise que poucos conseguiam vislumbrar naqueles finais da década de 1950 –, ele pode reforçar o anti-imperialismo. O subdesenvolvimento volta a ser atacado, não mais apenas pela via do desenvolvimento, que se mostrou ineficaz, mas pela via da libertação nacional. Em trabalho posterior, Caio Toledo se refere a que no “governo Goulart – momento em que a instituição assumiu abertamente uma direção e uma orientação de esquerda –, o ISEB passou também a empunhar com vigor a bandeira das reformas sociais (agrária, bancária, política, administrativa, universitária, etc)” (TOLEDO, 2005, p. 149),<sup>2</sup> além de apoiar as “tentativas legislativas de disciplinar o capital estrangeiro e a prática de uma política externa soberana e independente” (TOLEDO, 2005, p. 151).<sup>3</sup> Para aqueles intelectuais, de fins dos anos 1950 e início dos 1960, o nacionalismo poderia ter caráter revolucionário.

---

<sup>2</sup> Nesse momento, os principais nomes do ISEB são: Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, da turma fundadora, e Osny Pereira Duarte e Wanderley Guilherme.

<sup>3</sup> Há uma significativa diferença entre como o autor abordou essa fase do ISEB no trabalho anterior e como está abordando agora, com traços muito mais positivos.

## A inteligência no ensino: a UNE, o CPC e a UNB

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, o país passou por um período de instabilidade institucional. Os ministros militares queriam impedir a posse do vice-presidente constitucionalmente eleito – João Goulart. No Rio Grande do Sul, o governador do Estado – Leonel Brizola – formou a Cadeia da Legalidade, resistindo pelas ondas radiofônicas à tentativa de golpe dos militares.<sup>4</sup>

A União Nacional dos Estudantes (UNE), sediada no Rio de Janeiro, transferiu sua sede para Porto Alegre. Seu propósito era claro: estar ao lado das forças de resistência. A causa da legalidade era uma causa de toda a nação e os estudantes não poderiam estar indiferentes a ela. Ao se instalarem no “olho do furacão” corriam sérios riscos. Embora a bandeira da legalidade tremulasse por todo o país, além do governador do Rio Grande do Sul apenas o governador de Goiás – Mauro Borges – se colocava frontalmente em oposição aos militares. Havia, inclusive, ordens para o III Exército bombardear o Palácio Piratini – sede do governo gaúcho. Felizmente, isso não aconteceu. Mas poderia ter acontecido, e nessa conjuntura desfavorável os estudantes da UNE se colocaram a favor da posse de João Goulart.

Os estudantes dos quadros da UNE eram politicamente ativos e engajados nas propostas de mudanças sociais. Cláudia Wasserman esclarece seus objetivos e composição:

O movimento estudantil brasileiro também foi protagonista na luta contra o latifúndio, o imperialismo e a exploração dos operários brasileiros, através da sua organização, a União

---

<sup>4</sup> O trabalho de Joaquim Felizardo é considerado um clássico na historiografia sobre a Campanha da Legalidade. Traz importantes declarações radiofônicas do episódio (FELIZARDO, 1988). Paulo Markun e Duda Hamilton revisitam o episódio em trabalho de intensa pesquisa nos jornais da época (MARKUN; HAMILTON, 2001). Mais recentemente, Mariz Izabel Noll, Luiz Alberto Grijó, Cláudia Wasserman e Carla Brandalise realizaram importante discussão sobre o episódio, a partir de farta documentação empírica (NOLL; GRIJÓ; WASSERMAN; BRANDALISE, 2011).

Nacional dos Estudantes (UNE). Congregando a quase totalidade das tendências de esquerda do país, a UNE postulava a união entre operários, estudantes e camponeses (WASSERMAN, 2004, p. 31).

Com o governo Goulart, a UNE tinha acesso quase que irrestrito ao Ministério da Educação (MEC).<sup>5</sup> Seus dirigentes circulavam com desenvoltura por seus corredores, de forma semelhante aos trabalhadores no Ministério do Trabalho.

Porém, essa abertura do Ministério da Educação não significou cooptação política. Ao longo do governo Goulart, a UNE pressionava constantemente pela aplicação das reformas de base. De acordo com Jorge Ferreira “as expressões ‘revolução’ e ‘união operário-estudantil-camponesa’ eram freqüentes em seus textos” (FERREIRA, 2003, p. 352).

Quando da implementação do Plano Trienal,<sup>6</sup> por Celso Furtado e Santiago Dantas – respectivamente ministro do Planejamento e ministro da Fazenda – os estudantes engrossaram as vozes de contestação: “A UNE, por meio de seu presidente, Vinícius Brant, foi enfática: ‘o plano não se volta contra o latifúndio nem contra o imperialismo; ao contrário, serve aos interesses dos monopólios estrangeiros’” (FERREIRA, 2003, p. 365).

Além do engajamento estritamente político, a UNE tinha na cultura outra forma de atuação social. Numa união entre a UNE e um grupo de dissidentes do Teatro de Arena<sup>7</sup> surgiu o projeto do Centro Popular de Cultura, o CPC, em 1961. O objetivo era fazer arte; mas uma arte que fosse assimilada

---

<sup>5</sup> Em uma articulação entre o MEC, UNE e ISEB foram produzidos quatro exemplares dos *Cadernos do Povo Brasileiro: Por que os ricos não fazem greve?*, de Alvaro Vieira Pinto; *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré; *Quem dará o golpe no Brasil?*, de Wanderley Guilherme e *Quem faz as leis no Brasil?*, de Osny Pereira Duarte. Além disso, o MEC produziu a coleção intitulada *História nova do Brasil* – também em conjunto com o ISEB e com apoio da UNE.

<sup>6</sup> O Plano Trienal consistia em uma proposta inovadora: articulava medidas econômicas de caráter restritivo com outras de caráter de estímulo à produção. Porém, a situação econômica se mostrava desfavorável para propostas dessa dimensão.

<sup>7</sup> O Teatro de Arena toma notoriedade em 1958, com a peça *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri. Essa peça rompeu com a estrutura clássica do teatro brasileiro ao retratar a vida e o comportamento dos moradores de uma favela.

pelos estratos populares e, para tanto, seria necessário seu envolvimento, produzindo sentido para a sua prática. Suas direções foram exercidas pelo sociólogo Carlos Estevam Martins, membro do ISEB, e subsequentemente pelo cineasta Carlos Diegues e pelo poeta Ferreira Gullar, o que ajudava ao CPC na atuação de distintas áreas: o teatro, o cinema, a literatura, as artes plásticas, a música. De acordo com Marcelo Ridenti, 1962 é um ano importante para o CPC:

O sucesso do CPC generalizou-se pelo Brasil com a organização da UNE Volante, em que uma comitiva de dirigentes da entidade e integrantes do CPC percorreram os principais centros universitários do país, no primeiro semestre de 1962, levando adiante suas propostas de intervenção dos estudantes na política universitária e na política nacional, em busca das reformas de base, no processo da revolução brasileira, envolvendo a ruptura com o subdesenvolvimento e a afirmação da identidade nacional do povo. Foi grande o impacto da UNE Volante de 1962, numa época sem rede de televisão nacional, em que a malha viária ainda estava pouco desenvolvida e a comunicação entre os estados era difícil, num país com dimensão continental. A UNE Volante semeou 12 filhotes do CPC nos quatro cantos do país (RIDENTI, 2003, p. 140).

É importante destacarmos que o CPC conseguia interiorizar as manifestações culturais em lugares longínquos, contribuindo com “a ‘conscientização’ [que] está na ordem do dia, obra de intelectuais e estudantes visando a eliminar a defasagem entre as massas e o ‘povo’, e, assim, fazer com que a consciência subjetiva das massas respondesse às novas ‘condições objetivas’ que levavam a sociedade brasileira para a ‘revolução’” (PÉCAUT, 1990, p. 153). Interiorizar a cultura, como Daniel Pécault deixa claro, estava dentro de um projeto maior, de mudanças na sociedade brasileira.

A radicalização do movimento estudantil estava em processo acelerado, em conformidade com a radicalização da vida social no Brasil. Isso chegou ao seu zênite no comício de 13 de março de 1964:

José Serra, presidente da UNE, por exemplo, exigiu a extinção da “política de conciliação” do presidente para efetivar todas as medidas de amparo e garantia às classes populares. Após ressaltar a importância do fim da vitaliciedade das cátedras contida na reforma universitária, Serra atacou, em tom agressivo e contundente, aqueles que defendiam o fechamento do CGT (FERREIRA, 2003, p. 383).

O fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) exigido por alguns militares de alta patente – o caso do general Amaury Krueel, compadre do presidente Goulart, é o mais explícito – era um dos pontos polêmicos. Além disso, o projeto de reforma agrária assinado por João Goulart nesse comício – a reforma agrária era considerada como a mais importante das reformas<sup>8</sup> – causou dissensões importantes no país.

Dentro dessas novas propostas de país, a educação tinha papel fundamental. Com isso, a implantação de uma nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – que tinha como principal avanço assegurar que ao menos 12,45% do Orçamento fossem destinados exclusivamente à educação (FERREIRA, 2003, p. 361) – se mostrava um importante fator de desenvolvimento humano; e, dentro dessa lógica, um novo projeto de Universidade se fazia importante.

A criação de uma nova Universidade representava uma proposta de emancipação do ensino superior, rompendo com um modelo que sofria muitas críticas. A Universidade de Brasília (UNB) era uma proposta arrojada para a época: ao unir as concepções de educação de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro pretendia ser “uma universidade experimental, livre, para tentar novos caminhos na pesquisa e no ensino” (BOMENY, 2006, p. 158). Uma Universidade em harmonia com o sentimento – e a realidade – das reformas pelas quais parcelas significativas da sociedade clamavam.

---

<sup>8</sup> A **inteligência** também estava presente no campo. A reforma agrária é assunto corrente na bibliografia a respeito do início dos anos 1960 no Brasil. Nos limites desse trabalho, podemos indicar o texto de Mário Grynszpan como um bom aprofundamento desta que era a mais bramida das reformas. Ver Grynszpan (2006).

Embora a UNB tenha sido idealizada ainda na conjuntura nacional-desenvolvimentista do governo JK – em que pese os temores do presidente em relação aos estudantes tão próximos do governo central – é apenas no governo Goulart que ela se realiza. Inaugurada em 21 de abril de 1962 – exatos dois anos após a inauguração da capital federal – a UNB conseguia atrair profissionais de grande qualificação para seu quadro docente. Mas qual a razão de professores tão qualificados aceitarem se deslocar para uma recém-inaugurada Universidade, em um local de difícil acesso em seus primórdios? Helena Bomeny nos coloca dois imperativos: o idealismo e a oportunidade de um futuro melhor. Idealismo como fator principal, capaz de articular o ideal com o material, pois “a UNB representava uma saída para a estagnação da universidade brasileira” (BOMENY, 2006, p. 162); em decorrência disso, ir para a UNB era “acreditar num sonho” (BOMENY, 2006, p. 163). Aliado a essa saída, a esse sonho de uma nova Universidade, era também a oportunidade de “começar vida nova” (BOMENY, 2006, p. 162), ou seja, de uma readaptação profissional com maior sucesso, das diferentes acepções que este termo carrega.

A UNB se coadunava com seu tempo: era uma Universidade que vinha para inovar, para modificar as relações de ensino-aprendizagem existentes no nível superior. Expressava, em seu projeto e suas práticas, a utopia de um novo mundo, possível a partir de uma composição de elementos, dentre os quais privilegiava a educação.

## **A inteligência nos meios políticos: o PCB e a FPN**

Mesmo sendo posto na ilegalidade ainda em 1947,<sup>9</sup> o Partido Comunista Brasileiro (PCB) desempenhava papel importante ao longo do

---

<sup>9</sup> Nesse mesmo ano, o presidente Eurico Gaspar Dutra rompeu as relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

período 1945-1964. Já na primeira eleição presidencial, seu candidato alcançara 10% dos votos. Contava com destacadas personalidades do mundo intelectual brasileiro.<sup>10</sup> Após o suicídio de Getúlio Vargas, teve na luta pela industrialização uma das suas mais importantes bandeiras, talvez só comparável ao papel que atribuíam à luta contra o latifúndio e o imperialismo, presentes desde a sua fundação em 1922.<sup>11</sup>

Com as “teses de 1958”, os comunistas brasileiros passaram a defender uma ampla aliança nacionalista, inclusive com aquilo que à época se denominava burguesia nacional. Esta aliança será de apoio a medidas associadas com o ideal das reformas de base, tão característico dos primeiros anos 60 no Brasil. Essa confluência de objetivos tendo no nacional-reformismo seu elemento definidor ensejou uma modificação no próprio entendimento acerca do imperialismo como percebe Daniel Pécaut: “as teses de 1958 abandonam a rejeição ao imperialismo em geral para se concentrarem no imperialismo dos Estados Unidos” (PÉCAUT, 1990, p. 145). Isso fica patente tanto na formulação da Lei da Remessa de Lucros – que limitava o envio de capitais para o exterior – quanto no paradigma “globalista”<sup>12</sup> da Política Externa Independente (PEI): ambos rejeitavam o imperialismo estadunidense como queriam os comunistas e os demais membros da aliança nacionalista.

---

<sup>10</sup> A lista é extensa. Podemos citar, dentre tantos outros: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oscar Niemeyer.

<sup>11</sup> O termo *imperialismo* foi definido pela primeira vez em 1902, pelo economista inglês Hobson. Para este economista, o imperialismo era um fenômeno de nítido caráter econômico, já que os excedentes de capitais para exportação nas metrópoles eram derivados da falta de distribuição de renda. O revolucionário russo Lênin sofisticou essa definição quando escreve que: “O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas” (LENIN, 1979, p. 88).

<sup>12</sup> O paradigma globalista é aquele que orienta as relações internacionais do Brasil para um sentido mais amplo; se contrapõe ao paradigma americanista, que orientava as relações internacionais brasileiras como sócio privilegiado dos Estados Unidos (DOMINGOS, 2010, p. 74).

Já os partidos políticos institucionalizados que compartilhavam projetos nacionalistas tinham na Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) uma identidade comum. Embora a Frente Parlamentar Nacionalista tenha se constituído em 1956 nos meios políticos institucionalizados – passando ao longo dos mandatos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros – foi nos primeiros anos 60 que “a FPN ganhou maior dinâmica e melhor visibilidade” (DELGADO, 2007, p. 370-371). Nesse período, ampliou seu número de integrantes para 61 deputados federais, sendo o partido hegemônico em seu interior o PTB, com 30 deputados federais.<sup>13</sup>

A Frente Parlamentar Nacionalista gozava de relativa influência na sociedade durante os primeiros anos 60. Desde este ano, estava comprometida com as reformas de base, mesmo que houvesse divergências entre seus membros em relação à reforma agrária. Embora Lucília de Almeida Neves Delgado explique essas divergências no nível partidário, sendo os vinculados ao PTB favoráveis a reforma no campo, e os do PSD, PRP e PR não terem dado o apoio integral a esta, acreditamos que a resposta a essa divergência se encontra oculta pelo caráter próprio do nacionalismo, capaz de unir distintos projetos políticos, por vezes inclusive antagônicos, encobrendo suas diferenças apenas até certo ponto. Apesar disso, inegável é o papel desempenhado pela Frente Parlamentar Nacionalista, pois “contribuiu enormemente para a difusão de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais, como também na sociedade civil” (DELGADO, 2007, p. 373). Em muitos casos, o ISEB produzia os projetos de lei apresentados pelos deputados da FPN no Congresso Nacional, demonstrando a existência de uma articulação bastante presente nos projetos desses atores coletivos.

---

<sup>13</sup> Além dos deputados do PTB, Lucília de Almeida Neves Delgado nos informa de 12 do PSD, 10 da UDN, e 9 de outros partidos, como o PSP, PR, PSB (DELGADO, 2007, p. 372).

## **A inteligência no Itamaraty: a PEI**

No ano de 1958, o Itamaraty implementou a Operação Pan-Americana (OPA) em sintonia com o ideário nacional-desenvolvimentista do governo Kubitscheck. A OPA tinha como objetivo principal obter o desenvolvimento nacional através de uma aliança com os demais países do continente, em especial com os Estados Unidos. Todavia, a conjuntura em que estava inserida a Operação Pan-Americana trazia entrelaçados dois limites para seu desenvolvimento: a Revolução Cubana e o sentimento anti-imperialista de libertação nacional.

A Revolução Cubana (1959) se realizou, primeiramente, de forma antioligárquica, retirando o poder das mãos do pequeno grupo que governava a ilha e que mantinha relações muito próximas com os Estados Unidos. Não demorou ao processo revolucionário cubano tomar medidas anti-imperialistas, que tiveram grandes repercussões na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil,<sup>14</sup> onde os setores nacionalistas começavam a perceber no imperialismo, notadamente o estadunidense, um empecilho para o desenvolvimento. Começara-se a perceber, com mais força, que não era apenas o latifúndio agrário-exportador que obstaculizava o desenvolvimento do país. O imperialismo estadunidense, que ganhou projeção com a Revolução Cubana, se mostrava como objeto de combate. Desse modo, a Operação Pan-Americana começava a sofrer críticas dos setores nacionalistas, por manter uma postura essencialmente “americanista”, vendo nos Estados Unidos parceiro prioritário para as relações comerciais e diplomáticas. O nacionalismo, almejando a defesa da soberania nacional, começava a rearticular um discurso de independência nas relações internacionais, rompendo com o paradigma “americanista”, que via

---

<sup>14</sup>A Revolução Cubana declarou seu caráter socialista em 16 de abril de 1961, como resposta à invasão estadunidense na Baía dos Porcos. Até então, as simpatias brasileiras eram muito fortes com relação à ilha, bastando lembrar que Fidel Castro esteve no Brasil em 1959, e o então candidato a presidente Jânio Quadros visitou Cuba em 1960.

nos Estados Unidos a melhor solução na busca pelo desenvolvimento por vias internacionais. Começavam a surgir novas ideias, algumas inclusive na busca de um novo paradigma, talvez o próprio “globalista”, do qual a Política Externa Independente se tornaria o exemplo maior.

A Política Externa Independente foi implementada no efêmero governo Jânio Quadros. Todavia, a contradição entre a política interna desse governo – econômica e socialmente conservadora – e a política externa – nacionalista e popular – dificultava a manutenção de apoios políticos. Contrariamente ao que aconteceu à PEI no governo Quadros, durante o governo Goulart “a política externa não estava desvinculada da política interna” (MUNTEAL; VENTAPANE; FREIXO, 2006, p. 35). Francisco San Tiago Dantas assumiu o Ministério das Relações Exteriores no governo Goulart, sistematizando as diretrizes principais da Política Externa Independente:

A) contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; B) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; C) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; D) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole (DANTAS, 1962, p. 6).

Na maior parte dos casos, essas medidas foram postas em prática. Como exemplos do ponto “A”, podemos citar a posição brasileira no episódio da Crise dos Mísseis, quando o presidente Goulart enviou missiva datada de 24 de outubro de 1962 ao presidente John Kennedy:

Receio que nos tenhamos abeirado sem necessidade de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norte-americano: o da guerra nuclear. E é na atuação de V. Ex., no seu espírito declaradamente pacifista, que depositamos a esperança de que não sejam usadas contra Cuba medidas militares capazes de agravar o risco já desmedido da presente situação. Para tudo que possa significar esforço de preservação

de paz, **sem quebra do respeito à soberania dos povos**, pode V. Ex. contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil.<sup>15</sup>

Ainda a respeito do **desarmamento geral e progressivo** disposto no ponto “A” cabe lembrar que o Brasil foi signatário do Tratado de Proibição Limitada de Testes, acordo proposto pelos EUA e pela URSS proibindo experiências nucleares na atmosfera: “Em 9 de agosto de 1963, juntamente com México, Honduras, Chile e Bolívia, o Brasil assinava o Pacto de Paz Atômica proposto pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Nesse momento, já eram 34 os países signatários desse Pacto” (DOMINGOS, 2004, p. 211).

No ponto “B”, o exemplo mais destacado foi o ocorrido na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA). A mesma soberania que se dizia buscar internamente se manifestava externamente, ao respeitar a soberania de Cuba frente às tentativas estadunidenses de expulsá-la dos quadros da OEA; juntamente com Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México, o Brasil não votou pela expulsão de Cuba porque “o respeito pela auto-determinação de Cuba está hoje implantado na consciência do nosso povo como uma expressão do respeito devido à auto-determinação de que devem gozar todos os povos, e que zelamos especialmente em relação aos americanos”.<sup>16</sup>

No ponto “C”, a principal ação foi o reatamento das relações diplomáticas com a URSS. Em Porto Alegre, ao discursar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, San Tiago Dantas assim se manifestou:

Para isto, não podemos ter limites, não podemos aceitar restrições, e temos que ir procurar os nossos mercados onde estiverem, sem discriminações de qualquer natureza. (Palmas). Iremos procurá-los no mundo ocidental com todas as forças que

---

<sup>15</sup> ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ – Grifos meus.

<sup>16</sup> ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 39, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

estiverem ao nosso alcance, mas não podemos deixar de considerar duas frentes de batalha em que nos empenhamos a fundo: a América Latina e os mercados socialistas. [...] encaminhamo-nos para universalizar as nossas relações com todos os países do mundo, para que possamos comerciar sem restrições de espécie alguma com todas as classes de Nações, inclusive, a União Soviética.<sup>17</sup>

Desse modo, a mesma autonomia que o nacionalismo reformista defendia para o Brasil frente ao capital externo era defendida nas relações externas ao reatar as relações diplomáticas com a URSS, naquela considerada a fase mais quente da Guerra Fria (GADDIS, 2006, p. 79; GUAZZELLI, 1993, p. 20).

Além disso, o comércio com os países do Leste Europeu estava em franco crescimento, como nos mostra o relatório do ministro das Relações Exteriores Hermes Lima:

Como ilustração das possibilidades do comércio com o Leste, vale aqui referir o caso da nossa experiência com a União Soviética, significativo pela rapidez com que se implantou e expandiu, em termos relativos e absolutos, essa corrente de intercâmbio: em 1958, nenhuma operação; em 1960-1961, alcançou, em média, 31 milhões de dólares, sobre o total de 150 milhões para a área socialista; e, neste momento, registra um valor total de 70 milhões de dólares.<sup>18</sup>

Esse trecho faz parte da “Exposição do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores perante o Conselho de Ministros” cargo que Hermes Lima ocupava cumulativamente ao de primeiro-ministro. Descontando-se os 31 milhões de dólares referentes às transações comerciais com a URSS, a diferença de 119 milhões é o montante que o Brasil negociou com os países do Leste

---

<sup>17</sup> ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (AALERGS), 21/11/61, p. 195. Biblioteca Borges de Medeiros da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/ RS. Embora tenha sido registrada nos anais no dia 21 de novembro, a visita do ministro San Tiago Dantas ocorreu na tarde do dia 16 de novembro de 1961, como consta ao final do registro nos anais.

<sup>18</sup> ARQUIVO HERMES LIMA (HL), c 1962.11.30, p. 8. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

Europeu, o que dá a dimensão da importância de abrir relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas. Ao longo do mesmo documento aparecem negociações “em fase bastante adiantada” do Brasil com a Iugoslávia do presidente Tito: “dois petroleiros [...] para a ‘Petrobrás’, no valor de 11,6 milhões de dólares” [...] “fornecimento de tratores para os Estados da Paraíba (...); Rio Grande do Sul; Pernambuco e Rio de Janeiro” [...]; com a Polônia: “modernização e remodelação de usinas de Manganoférrea de Mineração, de Belo Horizonte, no valor de 5 milhões de dólares”; além de vários itens com a Tcheco-Eslováquia, a República Democrática Alemã, a Romênia, a Hungria e a Bulgária, todos negociações de valores expressivos.<sup>19</sup>

No ponto “D”, podemos citar o discurso realizado no Debate Geral da XVIII sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), proferido pelo novo ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro, em 19 de setembro de 1963 – conhecido como *Discurso dos Três D's* – no qual clamava a necessidade emergente de **desenvolvimento** para os países subdesenvolvidos, a **descolonização** da África e da Ásia e o **desarmamento no mundo** (AMADO, 1982, p. 25-42).

Ainda, em acordo com as principais diretrizes da Política Externa Independente, podemos citar a realização dos Jogos Mundiais Universitários de 1963 (Universiade-63) na cidade de Porto Alegre, congregando países capitalistas e comunistas e a visita do presidente Joseph Broz Tito ao Brasil.<sup>20</sup> Dessa maneira, a política externa do país procurava inserir o Brasil nas relações políticas externas da Guerra Fria na condição não apenas de “neutro”, mas, principalmente, independente.

---

<sup>19</sup> ARQUIVO HERMES LIMA (HL), c 1962.11.30, p. 13-20. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

<sup>20</sup> *Correio do Povo*, 30 agosto a 19 de setembro de 1963. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre/ RS. Nesse mesmo sentido de “independência” que norteava a PEI estava programada uma visita do presidente Kennedy, dos EUA, ao Brasil para 12 de novembro de 1962. *Correio do Povo*, 11 de outubro de 1962. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre/ RS.

## A título de conclusão: o nacional-reformismo nos fazia inteligentes

Ao longo desse artigo, procuramos demonstrar como eram os primeiros anos 60 no Brasil – ou ao menos para uma parcela de seus cidadãos, aqueles “irreconhecivelmente inteligentes”. Intelectuais, estudantes, políticos... todos esses grupos de cidadãos, dentro de seus espaços sociais e em conjunto, tinham no nacionalismo um projeto de nação, exercido dia a dia, de forma sistemática e intermitente, assim como a própria vida. Mas que nacionalismo era esse? Era o mesmo nacionalismo do início da década de 1950, ainda em estado embrionário? Não, não era. Era o nacionalismo da segunda metade dos anos 1950, o nacional-desenvolvimentismo? Também não. O nacional-patriotismo só viria na Copa de 70, utilizado pelo ditador Médici, logo também não é possível ser esse o nacionalismo.

O nacionalismo de início dos anos 1960 no Brasil era o nacional-reformismo. Ele pode ser descrito dessa forma em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas – **as reformas de base** – visando ao desenvolvimento de toda a nação, e não apenas para alguns poucos grupos da elite econômica da sociedade. Para este fim, foram importantes a criação do 13º salário; o Estatuto do Trabalhador Rural – que levava os direitos sociais aos trabalhadores do campo –; a Lei da Remessa de Lucros; a criação da Eletrobrás; o projeto da UNB; a luta pela libertação nacional de cunho anti-imperialista; o trabalho de interiorização realizado através da cultura pelo CPC; a sistematização da Política Externa Independente – que conjugava a emancipação para os outros povos dominados com a manutenção e o respeito a soberania e autodeterminação dos povos, tudo em um projeto pacifista – e tantas outras lutas sociais.

Esse nacionalismo que pretendia **reformar** a nação em alguns casos era entendido como revolução, como sentenciado por Osny Pereira Duarte, um dos membros do ISEB: “a revolução, entre nós, denomina-se reformas de base

[...] Toda revolução pacífica ou violenta tem de importar em reforma de base, ou não será revolução” (DUARTE, 1989, p. 53). Medidas capitalistas como a reforma agrária e o comércio com países socialistas –, dentre outras, enfim que buscavam reformar o capitalismo diminuindo as desigualdades sociais – em um país de estrutura social tão rígida e conservadora como o Brasil tomava a dimensão de ações revolucionárias.

E isso assustou aos setores da sociedade brasileira que desferiram o golpe de 64 – e que não são os protagonistas desse trabalho.

## Referências

AMADO, Rodrigo. *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (AALERGS). Biblioteca Borges de Medeiros da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/ RS.

ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

BOMENY, Helena. Duas paixões meteóricas: UnB e Jango, primeiras notas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 167-191.

CORREIO DO POVO. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre/ RS.

DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 357-366.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na Imprensa Gaúcha*. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2010.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004, p. 205-215.

DUARTE, Osny Pereira. Depoimento. In: MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. 2ªed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1988.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-425.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GRYNSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 57-77.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1993.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: Que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 155-194.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

NOLL, Maria Izabel; GRIJÓ, Luiz Alberto; WASSERMAN, Claudia; BRANDALISE, Carla. *O movimento da Legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 135-166.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-69. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978, p. 61-92.

TAVARES, Flávio. O golpe de 1964, início de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice. *Rebeldes e contestadores (1968): Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 95-103.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 137-164.

WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004, p. 27-44.